

O PENSAMENTO CONSERVADOR E A REVOLUÇÃO FRANCESA

Rodrigo Dantas de MEDEIROS¹

Resumo: O presente artigo busca analisar três grandes expoentes do pensamento conservador europeu, e os seus posicionamentos perante a Revolução Francesa. Joseph de Maistre (1753-1821), Edmund Burke (1729-1797) e Alexis de Tocqueville (1805-1859). A Revolução Francesa inaugurou uma nova fase da história da humanidade, elevando a bandeira da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Porém, no pórtico dessa Revolução estava presente a guilhotina, e, em meio ao turbilhão revolucionário que marcou a França, houve também o Reino de Terror, que teve como principal personagem o advogado de Arras, Maximilien de Robespierre, fazendo com que a Revolução Francesa se transformasse em uma Revolução Total, alcançando todas as instâncias, seja civil, religiosa ou administrativa.

Palavras-Chave: Conservadorismo. Revolução Francesa. Joseph de Maistre. Edmund Burke. Alexis de Tocqueville.

CONSERVATIVE THINKING AND THE FRENCH REVOLUTION

Abstract: This article seeks to analyze three great exponents of European conservative thought, and its positioning before the French Revolution. Joseph de Maistre (1753-1821), Edmund Burke (1729-1797) and Alexis de Tocqueville (1805-1859). The French Revolution inaugurated a new phase in the history of humanity, raising the banner of Liberty, Equality and Fraternity. However, in the portico of this Revolution was present the guillotine, and, in the midst of the revolutionary whirlwind that marked France, there was also the Kingdom of Terror, whose main character was the lawyer of Arras, Maximilien de Robespierre, causing the French Revolution Was transformed into a Total Revolution, reaching all instances, whether civil, religious or administrative.

Keywords: Conservatism. French Revolution. Joseph de Maistre. Edmund Burke. Alexis de Tocqueville.

Introdução

A Revolução que se iniciou na França em 1789, causou grande furor por onde chegavam suas tonitruantes notícias. Em meio ao emaranhado de eventos, algumas vozes se posicionaram questionando e se opondo a vários episódios em andamento. Particularmente, três intelectuais conservadores lançaram obras onde refletiram os caminhos que a Revolução tomava e, também, buscavam entender suas origens. Joseph de Maistre, escrevendo as *Considerações sobre a França*, fez uma interpretação religiosa da Revolução, onde ela seria comandada pela Providência, e os revolucionários já nada mais poderiam fazer, sendo conduzidos, e não mais conduzindo.

¹ Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP – Brasil. Graduando em Ciências Sociais. Universidade de Araraquara (Uniara), Araraquara – SP – Brasil. Bacharel em Direito. rodrigo.de.medeiros@hotmail.com

O sangue que corria do cadafalso serviria para limpar os desvios dos franceses, e preparar o retorno do rei.

Outra voz se levantou perante os acontecimentos na França revolucionária. Da Grã-Bretanha, Edmund Burke, em suas *Reflexões sobre a Revolução na França* (1790), opôs-se ao movimento revolucionário, então ainda no início, fazendo não uma defesa do absolutismo, mas sim expondo as vantagens da Monarquia Constitucional conforme foi erigida na Inglaterra. O que Burke condena nos revolucionários franceses é sua tentativa de construir uma ordem social a partir das especulações de uma suposta “razão abstrata”. Para Burke, algumas reformas podem ser admitidas, contanto que resultem de um longo processo de experimentação e não de uma ruptura radical com o passado.

Os revolucionários, conforme Burke, estavam tomando um caminho equivocado ao promover a Revolução Total, contra tudo e todos. Para ele, uma revolução sem manter alguns pilares, ficaria insustentável. Os revolucionários deveriam olhar principalmente para o que aconteceu na Inglaterra em 1688 com a Revolução Gloriosa, e o fortalecimento da Monarquia Constitucional. A França, se seguisse esses exemplos, teria seguido um caminho natural e ordeiro de mudanças.

Por sua vez, Alexis de Tocqueville escreve *O Antigo Regime e a Revolução* (1856), onde analisando o que levou a França a tão gigantesca Revolução. O “profeta da democracia” não era nascido à época da Revolução, mas, vivenciou fortemente suas repercussões, tanto em sua vida como no de sua família. Ele examina quais ações do *Ancien Règime* poderiam ter contribuído para desencadear a máquina revolucionária, e para isso se serve, segundo ele próprio, não dos livros, mas dos arquivos franceses, buscando na própria fonte dos acontecimentos a resposta para suas perguntas. Tocqueville cita constantemente Edmund Burke em seu livro, demonstrando certa concordância com o pensamento burkeano.

Sobre o termo “conservador”, ele foi utilizado por intelectuais franceses e estadistas, que invariavelmente foram influenciados pelo pensamento de Edmund Burke, e entre eles, se destacam Louis de Bonald, François Guizot, Joseph de Maistre, François-René de Chateaubriand e Alexis de Tocqueville.

É oportuno trazer ao lume a definição da palavra “conservador”. Como expõe Russell Kirk

Talvez fosse adequado, na maioria das vezes utilizar a palavra ‘conservador’ mormente como um adjetivo. Não existe um modelo

conservador, e o conservadorismo é a negação da ideologia: é um estado de espírito, um tipo de caráter, um modo de ver a ordem civil e social. A posição chamada conservadora se sustenta em um conjunto de sentimentos, e não em um sistema de dogmas ideológicos. (KIRK, 2014, p.103).

Para Russell Kirk, os conservadores, conforme o próprio Edmund Burke, sabem que “uma saudável mudança é o meio de nossa preservação”. Assim, a

Continuidade histórica da experiência de um povo, diz o conservador, oferece um guia político muito melhor do que os projetos abstratos dos filósofos dos cafés; mas é claro que há mais na crença conservadora que esse propósito genérico. (KIRK, 2014, p.104).

No entendimento de Russell Kirk, o conservador não baseia suas colocações e pensamentos pelas ideologias, e por isso não está preso a dogmas ou a um livro de regras sobre o que se deve ou não fazer. Nesse cenário, o conservador não é avesso a mudanças, como o próprio Kirk expõe, sabendo que mudanças são essenciais para a preservação da humanidade, mas procura manter aquilo que funciona e mudar o que pode ser mudado, buscando uma melhor eficiência. Daí a continuidade histórica sendo o melhor guia político, observando a experiência daquilo que funciona ou não, diferente de um projeto abstrato, segundo Kirk, que ainda não foi observado na prática. Todavia, os revolucionários de 1789 conseguiram voltar suas costas para o passado milenar francês, e levar a Revolução para todas as instâncias. O filósofo político inglês Roger Scruton aponta alguns fatos que marcaram o que aconteceu na França. Comenta que

Quando os revolucionários franceses irromperam no palco da política mundial, foi com a declaração de que dali em diante não seria mais a soberania, ou a lei, ou a divindade que comandariam a lealdade do cidadão. O abade de Sieyès, no panfleto insuflador *O que é o Terceiro Estado?* em 1789, exprimiu a questão de maneira sucinta: ‘A nação existe antes de tudo, ela é a origem de tudo. Sua vontade é sempre legal [...]. Qualquer que seja a forma que a nação quiser, basta que ela queira; todas as formas são boas, e sua vontade é sempre a lei suprema.’ Vinte anos mais tarde e dois milhões de mortos depois, quando a vontade da nação francesa foi disseminada pela Europa pelas conquistas de Napoleão, ficou claro que uma concepção de vida política completamente nova adentrou a consciência dos europeus. Em todo o continente, movimentos nacionalistas conclamavam as pessoas para preparar-se para a guerra contra as monarquias locais e as comunidades imperiais, incitando-as para uma ação em conjunto em nome de ideias fictícias de raça e de consanguinidade, defendendo uma língua em oposição a outra, e um modo de vida contra o do próximo, e, em geral, desestabilizando tudo o que restou para ser

desestabilizado depois da desordem provocada por Napoleão. (SCRUTON, 2015, p.55-56).

As consequências da revolução, como bem demonstra Roger Scruton, reverberaram pela Europa nos séculos seguintes. Suas ideias não foram levadas pelo sangue do cadafalso, esquecidas como milhares de pessoas que perderam suas cabeças. Essas ideias seguiram seu caminho, passando por Napoleão Bonaparte, e chegando no século XX e XXI. Direitos foram conquistados, vozes fizeram-se ouvir. Porém, qual foi o preço pago por aqueles que viveram a Revolução?

Analisando esses três pensadores, pode-se trilhar um caminho sobre os acontecimentos na França, onde estão presentes posições distintas daquilo que acontecia na Revolução, mas que são fundamentais para compreender o que se pensava à época da Revolução Francesa.

Joseph De Maistre

A reação à Revolução Francesa tem em Joseph de Maistre seu mais importante nome. Nasceu em Chambéry, na Saboia, em 1753. Toda a obra maistreana tem como ponto central a Revolução Francesa, principalmente as *Considerações sobre a França* (1797), onde o autor irá se preocupar com a ação da Providência, como também em suas *Obras Completas*. Maistre surge política e filosoficamente com sua recusa radical da Revolução Francesa, também da Ilustração e da Modernidade. Maistre introduziu a explicação teológica nos debates sobre a Revolução francesa. José Miguel Nanni Soares, demonstra que a reação de Joseph de Maistre ao projeto Ilustrado

[...] e, por extensão, revolucionário – para a humanidade não apenas coincide, surpreendentemente, com o modo como se interpreta contemporaneamente a gênese do mundo moderno, como apesar de seu caráter e intenções profundamente conservadores, encontra-se amparada em premissas indelevelmente humanistas e racionalistas. (SOARES, 2014, p.6).

Uma de suas principais obras, *Considerações sobre a França*, é um relato histórico, na tradição francesa dos ensaios políticos, e por sua densidade, uma meditação sobre os acontecimentos que marcaram profundamente a humanidade. Rita Sacadura Fonseca (2010, p.27-28) ao traduzir e comentar o livro de De Maistre, expõe que

As considerações destacam-se, porém, pela novidade duma leitura da Revolução em dois níveis diferentes: uma interpretação, mais vulgar, do seu significado político, enquanto instauradora de uma república e abolição da secular monarquia francesa e do sistema político e social do Antigo Regime; e uma outra interpretação na forma mais original da proposta de um significado meta-político da Revolução, enquanto manifestação da Providência e forma de punição da humanidade caída. Se, no primeiro nível, as Considerações são uma resposta a Benjamin Constant e um apelo para a reinstalação da monarquia, inserido num plano geral de propaganda realista, num plano mais profundo constituem a apresentação de uma visão sobrenatural e religiosa da Revolução e uma primeira e mais sistemática apresentação do pensamento político, religioso e místico de Maistre.

A interpretação desse filósofo sobre a Revolução Francesa não pode ser diminuída pelo fato de auferir uma análise providencialista sobre a questão revolucionária, pois a visão contrarrevolucionária maistreana nunca caiu no esquecimento, e continua sempre sendo lembrada das mais diversas formas. Conforme Nanni,

A exemplo de Burke, Maistre identificou no projeto revolucionário do Iluminismo, isto é, no projeto de (re)fundar a sociedade por meio da razão individualista (a qual teve origem na Reforma Protestante do século XVI), as causas da instabilidade política dos sucessivos governos revolucionários (que ele mesmo, após a Restauração, julgava longe de um final feliz para sua causa) e do Terror, de modo que se torna impossível separar uma “era feliz” daquilo que Constant e, posteriormente, a historiografia liberal da Restauração desde Mme de Staël, classificou como traição dos princípios: ‘A Revolução francesa percorreu um período cujos momentos, sem dúvida, diferem entre si; porém seu caráter geral jamais variou, e desde o berço dava sinais daquilo que viria a ser’. (SOARES, 2014, p.15).

Joseph de Maistre encontrava no decorrer dos acontecimentos históricos, a presença de uma potência sobrenatural, como a marcha da Vontade divina que caminhava junto com o homem. Levando ao extremo a doutrina cristã acerca do mal, julgava presenciar a Providência nas violências e crueldades dos homens. Essa dor, advinda do pecado, porém, era redentora, onde o sangue derramado tinha natureza expiatória. Isso fazia com que a Revolução Francesa tivesse um aspecto surpreendente para ele. A Revolução era destruidora e muito prejudicial, porém, estava inserida em um plano providencial, e assim, poderia ser benéfica. Tal explicação não é possível apenas pela análise humana. Para Maistre, os homens que teriam dirigido as ações da

Revolução, na verdade estavam sendo conduzidos por ela, em uma onda da qual não podiam controlar.

O filósofo saboiano escreve que a força arrebatadora que existiu na Revolução francesa, fez curvar todos os obstáculos que aparecem a sua frente, como um turbilhão que a tudo leva, e que “ninguém contraria a sua marcha impunemente”. (MAISTRE, 2010, p.93) Como exemplo, Maistre cita as ações de François Athanase de Charette de la Contrie, um dos líderes da insurreição popular realista na Vendeia; Charles François du Périer, conhecido como Dumouriez, que foi general francês que, ao ser derrotado, decidiu negociar com o inimigo; e Jean Baptiste Drouet, político francês, envolvido na tentativa de golpe de estado de Babeuf. Os três tiveram ações diferentes, mas todos foram rejeitados e perseguidos pela Revolução, que para Maistre, “conduz os homens, mais do que os homens a conduzem a ela” (MAISTRE, 2010, p.93), e apesar da Providência estar presente em todas as grandes revoluções, para o pensamento maistreano nunca foi tão impressionante como na Revolução Francesa.

Segundo Maistre, “Mesmo os celerados que parecem conduzir a revolução não participam nela senão como simples instrumentos; e logo que têm a pretensão de a dominar, caem ignominiosamente.” (MAISTRE, 2010, p.94). Com isso, Robespierre, Collot ou Barère, citados por Maistre, jamais pensaram em estabelecer o governo revolucionário e o regime de Terror, e

[...] foram conduzidos a isso insensivelmente pelas circunstâncias, e jamais se verá algo de semelhante. Estes homens, excessivamente medíocres, exerceram sobre uma nação inteira o mais horripilante despotismo de que a história faz menção; e certamente eram em todo o reino os homens mais surpreendidos com o seu poder. (MAISTRE, 2010, p.94).

Não obstante tal poder, ocorreu o golpe de estado do 9 de Termidor, que acabou com o regime de Robespierre, onde, segundo Daniel-Rops da Academia Francesa,

[...] na noite do dia [...] 9 de Termidor, Robespierre e os seus receberam ordem de prisão. Libertados pelos seus amigos da Comuna, foram postos “fora da lei” pela Convenção novamente aprisionados pelos adversários, e, na noite do dia 10, foi a vez de eles atravessarem Paris nas fatais carroças, pelo meio de uma multidão jubilosa que aclamava a sua queda. Em toda a história, tão movimentada, da Revolução, não tinha havido nenhum caso de uma reviravolta tão brutal. (DANIEL-ROPS, 2003, p.77).

Maistre comenta que as pessoas se espantaram que homens medíocres teriam acreditado e julgado melhor a Revolução do que políticos talentosos, definindo assim que o caminho revolucionário só poderia ser bem sucedido pela energia proveniente do espírito revolucionário, pela fé na revolução, que levou a estes homens a conduzirem o “carro de assalto revolucionário”, e tudo o que fizeram, segundo Maistre, foi porque se tratavam de instrumentos de uma força que era maior do que eles. Para Joseph Maistre, “não são os homens que conduzem a revolução, é a revolução que emprega os homens”. (MAISTRE, 2010, p.98).

A França, conforme expõe Maistre, exerce uma verdadeira magistratura na Europa, inquestionável, mas abusou dela. A França estava no “caput” do sistema religioso, e por esse motivo, o Rei era chamado de Cristianíssimo. E por ter abusado dessa influência, o país foi sendo chamado de volta para sua missão através de terríveis e tortuosos meios. Segundo o pensamento maistreniano, todos os que trabalharam para afastar o povo de sua crença religiosa, todos que foram contra as leis da propriedade, todos os que “tocaram nas leis fundamentais do estado”, todos que quiseram a Revolução, acabaram vítimas dessa mesma Revolução.

O filósofo saboiano questiona que um dos maiores crimes cometidos foi o atentado contra o soberano, e aqui ele fez alusão à perseguição e morte do rei Luís XVI, que, para ele, nunca houve um crime com tantos cúmplices. De certa forma, ele fez uma comparação com a queda de Carlos I na Inglaterra, durante a Guerra Civil (1648-49), porém, a morte de Luís XVI foi mais aterradora, tanto que nem o carrasco do rei ousou se fazer conhecer. Luís XVI caminhou para a morte no meio de 60.000 homens, onde nenhuma voz se ergueu pelo desgraçado monarca, e nenhum sussurro veio das províncias ou tão pouco da capital. A indiferença, para Maistre, também estava presente no exército, onde não ocorreu nenhum sinal de descontentamento. Para ele, nem todos os franceses queriam a morte do rei, mas uma grande maioria quis. Fato é que, após a morte de Luís XVI, houve o surgimento de uma sensação no ar, se teria realmente sido necessária a morte do soberano. Daí o comentário de Maistre: “Muito bem: talvez não fosse necessário matar o Rei, mas já que a coisa está feita, não falemos mais do assunto e sejamos todos bons amigos. Ó demência!” (MAISTRE, 2010, p.105).

Para Maistre, cada gota do sangue de Luís de XVI custaria rios de sangue à França, que viria a pagar esse grande crime nacional de “uma insurreição antirreligiosa e antissocial, coroada por um regicídio” (MAISTRE, 2010, p.106). Cita como exemplos os destinos de Jean Sylvain Bailly que comemorou a invasão do palácio de Versalhes

pela população de Paris e se tornou o primeiro presidente da Assembleia Nacional e presidente da câmara de Paris entre 1791 e 1793. Foi guilhotinado a 12 de novembro de 1793; também Guillaume Thouret, advogado de Rouen, que defendia a venda dos bens do clero, sendo consideradas propriedades nacionais e foi executado em abril de 1794.

Joseph Maistre reflete sobre essa consequência:

[...] é ainda aqui que podemos admirar a ordem na desordem; porque permanece evidente, por pouco que se reflita, que os grandes culpados da Revolução não poderiam senão perecer sob os golpes dos seus cúmplices. Se a força apenas tivesse recolocado o Rei sobre o trono, não haveria formas de fazer justiça. A maior desgraça que poderia cair sobre um homem sensível seria ter de julgar o assassino do seu pai, do seu parente, do seu amigo, ou até apenas o usurpador dos seus bens. Ora seria justamente o que teria acontecido no caso de uma contrarrevolução, tal como a entendemos; porque os juízes superiores, pela natureza apenas das coisas, seriam todos pertencentes à mesma casta ofendida; e a justiça, mesmo que apenas punisse, teria tido o ar de se vingar. Aliás, a autoridade legítima guarda sempre uma certa moderação na punição dos crimes que têm uma multidão de cúmplices. Quando envia cinco ou seis culpados para a morte pelo mesmo crime, é um massacre: se ultrapassa determinados limites, torna-se odiosa. (MAISTRE, 2010, p.107-108).

A Europa observava o que acontecia na França com grande apreensão. As monarquias começavam a se movimentar. Maistre comenta, porém, que o Rei francês nunca teve aliados, e denuncia que a coligação que estava se formando queria, por sua vez, o mal da integridade da França. Daí refletindo que uma única força era possível para fazer frente a uma Europa conjurada, o “gênio infernal de Robespierre”. Para ele, o governo revolucionário endureceu a alma dos franceses temperando-a em sangue; exacerbou o espírito dos soldados e “[...] duplicou as suas forças pelo desespero feroz e por um desprezo pela própria vida que se aproxima da raiva.” (MAISTRE, 2010, p.112). A terrível presença dos cadafalsos empurrou os cidadãos para as fronteiras. Tudo estava nas mãos do poder revolucionário, e esse terror jamais visto, era “simultaneamente um terrível castigo para os franceses e o único meio de salvar a França”. Todo o ocorrido, todos os monstros da Revolução e seus crimes, e o esplendor das vitórias que envolveu o nome francês de glória, prepararam o caminho para o retorno do Rei, que para Maistre, voltaria em todo seu esplendor.

Também se lança os olhos sobre a grande e encarniçada perseguição ao culto nacional e aos seus ministros. Maistre deixa claro que o sacerdócio francês deveria ser regenerado, mas, a dura perseguição à Igreja esteve presente desde o início do ímpeto

revolucionário. O primeiro golpe ocorreu com a invasão das propriedades eclesiásticas, passando para a obrigatoriedade do juramento constitucional. Essas duas operações, para o autor saboiano, serviram como um impulso a regeneração. Por exemplo, praticamente a totalidade dos que prestaram o juramento, foram arrastados para o crime e o opróbrio. Os que foram fiéis, e que sobreviveram a perseguição e a morte por sua fé, tornaram-se mais ilustres por toda sua intrepidez.

De fato, um dos pontos marcantes foi a descristianização, onde os revolucionários tentaram apagar a tradição secular do cristianismo na França. Essa descristianização chegou a pontos aberrantes. Como lembra Daniel-Rops da Academia Francesa

Tudo o que lembrava os nomes dos santos e, como é obvio, ainda mais o próprio termo “santo”, foi radicalmente proibido. As cidades, vilas e aldeias que tinham a desventura de usar um nome *ci-devant* (anteriormente- antes da revolução) tiveram de mudá-lo. [...] Assim, Saint-Denis passou a ser La Franciade; Saint-Germain, simploriamente, Montagne du Rousseau. [...] É claro que os nomes das pessoas foram também modificados de acordo com tais princípios. Ao mesmo tempo que os títulos *ci-devant* nobres, também foram proscritos os sobrenomes em que figurasse a menor alusão de caráter religioso. Conde de Saint-Pierre, Barão de Saint-Hippolyte, Visconde de Saint-André? Nunca mais! E os parisienses riram-se muito com um diálogo, talvez apócrifo, entre o conde de Saint-Javier e um bom republicano do serviço de passaportes: ‘- Como te chamas? – Conde ... - Já não há conde! -... de ... -Já não há de! - ... Saint ... - Já não há santo! - ... Javier [janeiro] ... - Já não há janeiro! Vou-te inscrever com o nome de cidadão Nivoso.’ [mês revolucionário entre 21 de dezembro e 19 de janeiro] (DANIEL-ROPS, 2003, p.54).

Tal fato ilustra a que ponto chegou a onda revolucionária, ainda elevando o Culto a Razão em Notre-Dame de Paris, onde a Deusa Razão saía em procissão pelas ruas da capital até a Convenção Nacional, onde essa mesma deusa recebia o beijo do presidente, e na velha catedral seguiam-se as bebidas e o bacanal (DANIEL-ROPS, 2003). Robespierre posteriormente iria criar sua própria religião com a criação do Culto ao Ser Supremo em março de 1794 e celebrado no dia 20 do prairial (8 de junho).

Sobre a monarquia, Joseph de Maistre foi um grande entusiasta de seu retorno triunfante, e interpreta as questões relevantes ocorridas durante a Revolução, como uma preparação para o retorno do Rei. Porém, um pensamento se colocava àquele tempo. Como voltar a Monarquia sem uma revolução, ou uma contrarrevolução?

Muitos autores da época da Revolução tentavam desencorajar o povo a pensar num retorno da Monarquia e apoiarem unicamente a República, pois, diziam que seria

impossível restabelecer a Monarquia sem uma nova revolução. Tal sofisma circulava entre os franceses e causava grande inquietação contra qualquer movimento que viesse a barrar a onda revolucionária.

Porém, Maistre colocava as benesses da monarquia nesses termos,

[...] para fazer a Revolução francesa, foi necessário derrubar a religião, ultrajar a moral, violar todas as propriedades e cometer todos os crimes: para esta obra diabólica, foi necessário empregar um tal número de homens viciosos que jamais tantos vícios agiram juntos para operar um qualquer mal. Pelo contrário, para estabelecer a ordem, o Rei convocará todas as virtudes: ele o quererá, sem dúvida; mas, pela natureza mesmo das coisas, será forçado a isto. O seu interesse mais premente será aliar a justiça à misericórdia; os homens estimáveis virão por si mesmos colocar-se nos postos em que poderão ser úteis; e a religião, emprestando o seu ceptro à política, dar-lhe-á as forças que só ela pode conseguir junto da sua augusta irmã. (MAISTRE, 2010, p.238-239).

Maistre expõe que o retorno da monarquia fará cessar todos os males provocados pela Revolução, e com isso, destruirá apenas a destruição. Daí expõe:

[...] os crimes mais infames multiplicam-se em todo o lado: o demônio revolucionário ergue orgulhosamente a cabeça; a constituição é apenas uma teia de aranha, e o poder permite-se horribéis atentados. O casamento não passa de uma prostituição legal; não existe mais autoridade paternal, medo do crime, asilo para o indigente. O repugnante suicídio denuncia ao governo o desespero dos infelizes que assim o acusam. O povo desmoraliza-se da maneira mais assustadora; e a abolição do culto, junta à ausência total de educação pública, prepara para a França uma geração sobre a qual só a ideia faz tremer. (MAISTRE, 2010, p.243-244).

A revolução provocou um grande sofrimento porque destruiu muito e violou todas as propriedades, os precedentes e os costumes. Para Maistre, toda tirania plebeia é “fogosa, insultante e impiedosa, mas a que ocorreu na França foi em excesso”. O filósofo compara a revolução francesa com a que ocorreu na Inglaterra, conhecida como Revolução Gloriosa, que, ao final, o retorno do Rei inglês foi marcado por gritos de alegria que ressoaram por toda Inglaterra, e que todos os inimigos se abraçaram. Esse olhar sobre a Revolução Gloriosa em comparação com a Revolução Francesa será amplamente analisado por Edmund Burke, demonstrando que os franceses deveriam ter se recordado e aprendido com a Revolução britânica.

Por fim, para Joseph de Maistre, os franceses ainda precisavam se convencer

de que “[...] o restabelecimento da Monarquia, a que se chama contrarrevolução, não será uma revolução contrária, mas o contrário da Revolução.” (MAISTRE, 2010, p.277).

Edmund Burke

Edmund Burke nasceu em 12 de janeiro de 1729 na cidade irlandesa de Dublin, e faleceu em Beaconsfield, no Reino Unido no dia 9 de julho de 1797. Segundo o professor português João Carlos Espada, quando se iniciou a Revolução Francesa em 1789, era esperado o apoio de Edmund Burke, líder dos Whigs e antepassados dos liberais, sendo um expoente da oposição frente os Tories, antepassados dos conservadores. Burke defendera os colonos americanos, os católicos na Irlanda, condenara os abusos do império britânico na Índia, além de ter defendido o controle parlamentar sobre os governos (ESPADA, 2015). De fato, continua João Carlos Espada, logo no início, Burke fez severas críticas a Revolução, vindo a publicar, em 1790, sua *As Reflexões sobre a Revolução na França*, obra tomada por ataques a todo o contexto revolucionário francês. Isso fez com que recebesse críticas dos liberais de seu partido e um apoio velado dos conservadores ingleses.

Porém, eis que no ano de 1793 o rei francês Luís XVI é humilhanamente levado ao cadafalso e guilhotinado. Tal fato desencadeou o tão famigerado Reino de Terror, sob a batuta de Robespierre, tudo em nome da “República da Virtude – uma adaptação intencional do Reino da Virtude de Jean-Jacques Rousseau.” (ESPADA, 2015).

Com *As Reflexões sobre a Revolução na França*, Burke fez histórico sobre a Revolução britânica, a Revolução Gloriosa de 1688, para fundamentar o que aconteceu na França, com todas as diferenças e novidades advindas a partir de 1789. A Revolução Francesa para Burke foi a mais espantosa que ocorreu até então na história da humanidade, onde foram produzidas coisas novas e surpreendentes, “[...] pelos meios mais absurdos e ridículos; nos modos mais ridículos e, aparentemente, pelos mais vis instrumentos.” (BURKE, 2014, p.32). Segundo Burke, nesse “caos de leviandade e ferocidade”, crimes de diversas espécies misturaram-se com todas as loucuras, provocando cenas das mais monstruosas, provocando paixões, desprezo, indignação e enfim, chegando ao terror.

Porém, Edmund Burke expõe que para alguns, toda essa cena foi considerada

de um ponto de vista diferente. Nessas pessoas, tais acontecimentos só produziram

[...] entusiasmo e exaltação. No que se passou na França, eles não viram mais que o exercício firme e equilibrado da liberdade; tão compatível, no conjunto, com a moral, a piedade ao ponto de não só merecer o aplauso secular de audazes políticos maquiavélicos, mas de se tornar um tema adequado para todas as efusões devotas da eloquência sagrada. (BURKE, 2014, p.32).

Para Edmund Burke, teria sido mais sábio aos franceses terem dirigido seus olhares aos vizinhos ingleses, que “[...] conservaram vivos, melhorados e adaptados a seu estado atual, os antigos princípios e modelos do antigo direito consuetudinário europeu.” (BURKE, 2014, p.58). Durante a Revolução Gloriosa (1688-1689) foram emitidos documentos pelo Parlamento que garantiam a liberdade, a vida e o direito à propriedade privada dos súditos em face dos possíveis desmandos da coroa ou do Estado, além de definir as regras para a sucessão real. Tais questões antecederam, por exemplo, a célebre *Bill of Rights*, de 1689.

Os franceses, segundo Burke, poderiam ter aproveitado o exemplo inglês e ter ampliado a sua liberdade. Reformado suas instituições e sua própria Constituição, mas resolveram, nas palavras de Burke “[...] agir como se nunca tivessem sido moldados em uma sociedade civil, como se pudessem refazer tudo a partir do nada. Começaram mal, pois começaram desprezando tudo o que lhes pertencia.” (BURKE, 2014, p.57).

Os revolucionários não respeitaram seus ancestrais, pois se assim o fizessem, teriam aprendido a respeitar a si próprios, e não teriam considerado os franceses como um povo de ontem, “[...] como uma nação de desditosos servos malnascidos até o emancipador ano de 1789.” (BURKE, 2014, p.57).

Se os franceses tivessem observados e aprendido minimamente com os acontecimentos da Revolução Gloriosa, teriam mostrado ao mundo grandes exemplos de sabedoria e engrandecido a causa da liberdade aos demais países do mundo. Com isso, desprezaria o despotismo em todos os lugares do mundo, demonstrando que a liberdade é plenamente conciliável com a lei, “mas ainda que, quando bem disciplinada, torna-se sua auxiliar” (BURKE, 2014, p.58).

A França, nesse cenário, teria tido um “rendimento produtivo” sem sinais de opressão, além de um comércio próspero e finalmente, uma Constituição livre. A França teria uma monarquia poderosa e um exército disciplinado, e um clero reformado e venerado. Tudo isso ligado a uma nobreza menos “orgulhosa, porém mais digna”, que

guiasse sua virtude, e uma burguesia liberal para “emular e arregimentar essa nobreza”; e finalmente, um povo:

[...] protegido, satisfeito, laborioso e obediente, habituado a buscar e a reconhecer a felicidade que pode ser proporcionada pela virtude em todas as condições; nisso consiste a verdadeira igualdade moral da humanidade, e não aquela ficção monstruosa que, inspirando ideias falsas e esperanças vãs nos homens destinados a trilhar o caminho obscuro de uma vida laboriosa, serve apenas para agravar e amargar aquela desigualdade real de que ela é incapaz de suprimir, e que a ordem da vida civil estabelece seja em benefício dos que devem permanecer em uma posição obscura, seja dos que se elevam a uma condição mais esplêndida, mas não mais feliz. (BURKE, 2014, p.58).

Para Edmund Burke, a marcha revolucionária na França pareceu mais como uma procissão triunfante do que o movimento de uma guerra. Os revolucionários, enquanto aprisionavam ao seu rei, assassinavam seus concidadãos, “[...] banhando em lágrimas e mergulhando na pobreza e na miséria milhares de famílias e homens dignos.” (BURKE, 2014, p.60).

Essa “eleição voluntária do mal”, essa sequência de traições, roubos, violações, assassinatos, incêndios naquela que estava se tornando uma terra devastada, foi possível pela forma como foi composta a Assembleia Nacional. Burke dá o exemplo do Terceiro Estado, que não teria um só homem com “experiência prática nos assuntos públicos”. Homens assim podem se converter em “instrumentos hábeis de projetos absurdos!” (BURKE, 2014, p.61).

Esses homens, que foram arrancados de suas humildes posições de subordinação, seriam embriagados por uma grandeza da qual não estariam preparados. Poderiam assim, perseguir a “[...] satisfação de seus interesses privados, dos quais entendiam muito bem, por mais elevado que fosse o seu custo ao Estado [...]” (BURKE, 2014, p.63). Assim, se, em vez de serem portadores da virtude, esses homens fossem possuídos por uma “ambição sinistra” e uma necessidade obscura por uma “glória meretrícia”, faria a conversão da parte mais fraca da Assembleia em sua vítima e instrumento para suas ações.

Fato é que, para ter certa sobriedade, os líderes, em uma assembleia pública deveriam respeitar e até temer um pouco aqueles a quem conduziam. Com isso, os seguidores deveriam se qualificar, para se transformarem em juízes “de relevância e autoridade naturais”. (BURKE, 2014, p.62).

Como exemplo sobre a situação que a França poderia enfrentar, Burke dá o

exemplo de um povo onde faltam o comércio e a indústria, mas que lhe restam o espírito de nobreza e a religião, esses preenchem o lugar daqueles. Mas na falta do comércio e das artes como resultado de uma experiência para descobrir se o Estado pode subsistir sem os “velhos princípios fundamentais”, o que pode acontecer com uma nação formada por “[...] bárbaros grosseiros, estúpidos, ferozes e, ao mesmo tempo, pobres e sórdidos, desprovidos de religião, honra ou hombridade, nada possuindo no presente e a nada aspirando do porvir?” (BURKE, 2014, p.99). Edmund Burke questionava se a França com a sua Revolução, estaria chegando a essa situação extrema.

Segundo o pensamento burkeano,

[...] o homem, por sua constituição, é um animal religioso; que o ateísmo é contrário não apenas à nossa razão, mas também aos nossos instintos, não podendo prevalecer por muito tempo. Todavia, se em um momento de tumulto e no delírio ébrio produzido pelo espírito ardente destilado no alambique infernal que ferve hoje furiosamente na França, devêssemos descobrir nossa nudez, rejeitando aquela religião cristã que, até agora, tem sido nosso motivo de orgulho e nosso consolo, assim como uma grande fonte de civilização entre nós e muitas outras nações, ficaríamos apreensivos (sabedores de que a mente não suportará o vazio) de que alguma superstição grosseira, perniciosa e degradante devesse tomar seu lugar. (BURKE, 2014, p.110).

Edmund Burke pensava na religiosidade olhando os acontecimentos na França, mas levando em consideração a relação do povo inglês com a sua Igreja, e a íntima relação de independência dessas perante o Estado, como provedora dos oprimidos, e por isso foi mantido os bens eclesiásticos como propriedade privada, cabendo ao Estado somente sua regulação. E demonstrava a importância da religião para o inglês, que, atendendo primeiramente a necessidade dos mais pobres, os ingleses não relegavam a religião

[...] (como algo que nos envergonhássemos em mostrar) às municipalidades obscuras ou aldeias rústicas. Em hipótese alguma! Pretendemos que a mesma erga sua fronte mitrada nas Cortes e nos Parlamentos. Queremos envolvê-la com a nação inteira e misturá-la com todas as classes da sociedade. (BURKE, 2014, p.121).

Tal era a distinção que ocorria sobre o que vinha sendo provocado pelos revolucionários na França com o que era consolidado na Inglaterra, na leitura de Burke. A religião era um tema de primeira ordem, e por isso combatida e defendida com amplo

fervor.

Para Burke, existia algo além da alternativa entre a destruição absoluta e a subsistência sem reformas. Citando Cícero, “*Spartam nactus es; hanc exorna*”² (BURKE, 2014, p.171), tal deveria ser a intenção de um reformador honesto. Como um homem poderia ter a pretensão de considerar seu país uma simples tábula rasa, para escrever aquilo que lhe interessasse? Segundo Burke, um homem pleno em boas intenções, poderia desejar constituir a sociedade de forma diferente da que está. Mas um bom patriota e um verdadeiro político sempre quer extrair o melhor possível dos materiais que existem em seu país. Daí definindo que seu tipo ideal de estadista é aquele que procurasse conservar e tivesse uma capacidade para aperfeiçoar, havendo fora disso, apenas a vulgaridade na concepção e grandes perigos na execução. Não teriam os Revolucionários franceses transformado a França em uma grande tábula rasa? Tiveram a pretensão de apagar a história milenar francesa, e começar tudo do zero, não deixando nenhum pilar que fosse para sustentar suas intenções. Isso teria como único caminho, fazer ruir o edifício revolucionário, levando consigo os líderes e arquitetos de tal empreitada.

João Carlos Espada (2015) comenta que

[...] a crítica de Burke à ideia de revolução total é extraordinariamente moderna. Antecipou a epistemologia falibilista de Karl Popper e as teorias de Hayek e Oakeshott sobre a natureza tácita e descentralizada de uma boa parte do nosso conhecimento.

Para Burke, conforme explica João Carlos Espada, é necessário sempre uma interação entre a tradição e a mudança, o que faz com que a mudança seja gradual, onde se corrijam os erros e mantenham os acertos. Isso caracteriza o governo inglês, onde estão presentes diversos princípios, como o monárquico, na figura do rei, o aristocrático, com a Câmara dos Lordes e o democrático, na Câmara dos Comuns, e todos eles regidos pela Common Law (ESPADA, 2015).

Os fatos que vinham acontecendo, comprovaram as sombrias previsões de Edmund Burke sobre o destino da França e sua Revolução. Essas questões fizeram com que se observasse quão eram diferentes da revolução inglesa de 1688 e a revolução americana de 1776 perante aquela que estava ocorrendo em solo francês.

Segundo Roger Scruton, em uma guerra civil, falta o espírito de conciliação

² Cícero, ad Atticum, VI, p.6: “Esparta é vossa; ornamentai-a”.

entre ambas as partes, o que provoca comportamentos lamentáveis. Para esse autor, a solução para um conflito não é aplicar de cima para baixo uma porção de decretos, mas sim restabelecer uma política conciliatória, também com o restabelecimento da oposição, o que foi reconhecido com o advento da Revolução Gloriosa de 1688,

[...] quando o Parlamento foi restabelecido como a instituição legislativa suprema e os direitos do povo contra o poder soberano (incluindo o direito consagrado no habeas corpus) foram ratificados no ano seguinte com a Declaração de Direitos. (SCRUTON, 2015, p.111).

O que vinha acontecendo na França era algo sem precedentes. Uma revolução total, contra todas as instituições, era praticamente insustentável. Tão grande eram as pretensões que se colocou a alteração do próprio calendário. As consequências de tais atos seriam a anarquia e posteriormente a tirania. Define Edmund Burke que é impossível uma estimativa sobre tudo aquilo que foi perdido com a supressão das antigas opiniões e as regras que ditavam a vida. Com isso, ficamos sem bússola para nos orientar e não sabemos claramente que direção tomar, ou a que porto chegar (BURKE, 2014).

Tocqueville

Alexis Carlis Clerel de Tocqueville nasceu em Paris, em 29 de janeiro de 1805. Sua família fazia parte da nobreza francesa, o que fez com que a infância de Tocqueville fosse cercada pelos eventos que repercutiam da Revolução, onde seus pais foram aprisionados e seu avô materno, o marquês de Rosambo, viesse a morrer na guilhotina. Porém, Tocqueville se integrou posteriormente a nova sociedade francesa, seja como magistrado ou como membro do parlamento na Monarquia Orleanista.

Alexis de Tocqueville, ao escrever sobre o *Antigo Regime e a Revolução*, fez uma análise sobre a sociedade francesa anterior a 1789. Para Tocqueville, o camponês na França “ia e vinha onde queria, comprava, vendia, negociava como queria” (TOCQUEVILLE, 1979, p.67). Explicita que na França, o camponês havia deixado de ser servo, tornando-se proprietário rural. Tal fato vai contra o pensamento de que a propriedade agrícola datava da Revolução.

Assim expõe, sendo

[...] portanto um erro comum pensar que a divisão da propriedade rural data da França e da Revolução: o fato é muito mais antigo. É verdade que a Revolução vendeu todas as terras do clero e uma grande parte das terras dos nobres; mas se quisermos consultar os processos verbais destas vendas como tive, às vezes, a paciência de fazer, ver-se-á que a maioria foi comprada por pessoas que já possuíam outras terras, de maneiras que, se a propriedade mudou de mãos, o número de propriedades aumentou muito do que o imaginamos. (TOCQUEVILLE, 1979, p.68-69).

Tocqueville demonstra claramente que a atuação política na França vinha de longo tempo, passando pela Idade Média, e envolvia todas as pessoas, pobres ou ricos.

Comenta Tocqueville:

[...] até a Revolução a paróquia rural comum na França conservava em seu governo um “aspecto democrático que nele vimos na Idade Média”. Trata-se de eleger funcionários municipais ou de discutir algum negócio comum? Lá badala o sino da aldeia chamando os camponeses, que se reúnem em frente ao portal da igreja onde tanto os pobres como os ricos têm o direito de apresentar-se. Uma vez a assembleia reunida, não há nem uma verdadeira deliberação nem uma votação, mas cada um pode opinar e um tabelião requisitado para este fim e trabalhando ao ar livre anota as diversas opiniões e declarações numa ata. (TOCQUEVILLE, 1979, p.83).

Quando a Revolução começava a movimentar suas engrenagens, ninguém sabia o que iria acontecer, e onde ela poderia chegar. Alexis de Tocqueville menciona Edmund Burke, quando lembra que a Revolução causou ódio desde seu início ao irlandês, e que este ficou incerto daquilo que poderia acontecer ao vê-la se aproximar. Burke previa que a França ficaria enervada e aniquilada. Edmund Burke, citado por Tocqueville, comenta que

‘É de crer’, diz ele, ‘que as faculdades guerreiras da França ficarão apagadas por muito tempo e, quem sabe, talvez até para sempre e que os homens da geração que se seguirá a esta poderão dizer como aquele antigo: *‘Gallos quoque in bellis floruisse audivimus’*: ‘Ouvimos dizer que os próprios gauleses brilharam outrora pelas armas’. (BURKE, apud TOCQUEVILLE, 1979, p.52).

Segundo Tocqueville, a medida que a cabeça monstruosa da Revolução começava a aparecer, começava-se a destruir as instituições políticas, suprimir as civis e alterar as leis, os usos, os costumes e a própria língua, arruinar as estruturas do governo e chegava-se ao ponto de querer agredir até a Deus. Em uma verdadeira avalanche que a

tudo leva o que está em seu caminho com um poder espantoso, através de táticas novas, procedimentos desconhecidos, “máximas mortíferas”, derrubando impérios e coroas, esmagando povos, fazia com que mudasse os pontos de vistas dos governos e estadistas ao seu redor. Aquilo que seria algo provisório, um acidente, surge como algo novo, sem precedentes, e que o espírito humano fica perdido a sua frente. Alguns a consideravam como uma força desconhecida que nada conseguia alimentar e a derrubar, impossível de parar e que vai “empurrar as sociedades humanas até sua dissolução completa e final” (TOCQUEVILLE, 1979, p.52). Neste ponto de descoberta dos primeiros passos da Revolução, Tocqueville cita dois filósofos contemporâneos a ela: Joseph de Maistre e Edmund Burke. Comenta Tocqueville sobre a Revolução:

Alguns a consideram como a ação visível do demônio na terra. ‘A Revolução tem um caráter satânico’, diz o Sr. de Maistre, em 1797. [...] Retomando seu pensamento, Burke exclama: Privada de seu amigo governo ou, mais exatamente, de qualquer governo, parecia que a França era mais um objeto de insulto e compaixão que o flagelo e o terror do gênero humano. Mas do túmulo desta monarquia assassinada saiu um ser informe, imenso, mais terrível que qualquer daqueles que já acabrunharam e subjugarão a imaginação dos homens. Este ser hediondo e estranho marcha em linha reta para seu alvo sem deixa-se apavorar pelo perigo ou deter-se pelo remorso; contendor de todas as máximas herdadas e de todos os meios habituais, derruba aqueles que nem podem compreender como chega a existir. (TOCQUEVILLE, 1979, p.52).

Tocqueville descreve que uma das primeiras diligências da Revolução Francesa foi atacar a Igreja e “[...] entre as paixões que nasceram desta revolução a primeira a se acender e a última a se extinguir foi a paixão religiosa.” (TOCQUEVILLE, 1979, p.54) Segundo ele, a guerra contra as religiões nada mais era que algo acidental, relevante, mas “[...] fugitivo de sua fisionomia, um produto passageiro das ideias, das paixões, dos fatos particulares que a precederam e prepararam, e não seu gênio próprio.” (TOCQUEVILLE, 1979, p.54).

Como uma das causas da Revolução, Tocqueville considera a filosofia do século XVIII, também essa profundamente irreligiosa. E nessa linha, Tocqueville considera “duas partes ao mesmo tempo distintas e separáveis”, onde, em uma encontravam-se todas as novidades que se relacionavam com as sociedades e os princípios das leis civis e políticas, como a igualdade natural da humanidade e a abolição de todos os privilégios de “Castas, classes ou profissões”, que tinham como conseqüências, a soberania do povo e do poder social. Tais apontamentos formavam a

substância da Revolução Francesa. Em outra parte, Tocqueville afirma que os

[...] filósofos do século dezoito agrediram com uma espécie de furor a Igreja; atacaram seu clero, sua hierarquia, suas instituições, seus dogmas e para melhor derrubá-los quiseram arrancar os próprios fundamentos do cristianismo. [...] Foi muito menos como doutrina religiosa que como instituição política que o cristianismo acendeu estes ódios furiosos; não porque os padres pretendiam fixar as coisas do outro mundo, mas porque eram proprietários, senhores, dizimadores, administradores neste mundo; não porque a Igreja não podia tomar um lugar na nova sociedade que se ia fundar, mas porque ocupava então o lugar mais privilegiado e mais forte nesta velha sociedade que era preciso reduzir às cinzas. (TOCQUEVILLE, 1979, p.55).

Tocqueville completa essa questão dentro da máquina Revolucionária:

Vejam como a marcha do tempo pôs esta verdade em evidência, realçando-a dia a dia: à medida que a obra política da Revolução consolidou-se, arruinou-se sua obra irreligiosa; à medida que todas as instituições políticas que atacou melhor foram destruídas, que os poderes, as influências, as classes que lhe eram particularmente odiosas foram definitivamente vencidas e que, como último sinal de sua derrota, os próprios ódios que inspiravam foram enfraquecendo; à medida, enfim, que o clero mais se afastou de tudo que caíra com ele, vimos gradualmente o poder da Igreja reerguer-se e fortalecer-se nos espíritos. E não pensem que se trate de um espetáculo particular à França; não há igreja cristã na Europa que não se tenha revigorado desde a Revolução Francesa. (TOCQUEVILLE, 1979, p.55).

De fato, o objetivo principal da Revolução Francesa ficou claro como não sendo tão somente mudar o governo, mas também abolir a “antiga forma da sociedade” e para isso teve que atacar os poderes estabelecidos e suas influências, anular suas tradições, “esvaziar” o espírito humano de toda ideia de obediência e respeito. Assim, tinha um caráter particularmente “anárquico”.

Apesar dessas considerações, a Revolução não surgiu unicamente para destruir o “império das crenças religiosas”. Ela foi em sua essência uma revolução social e política. A revolução pretendeu aumentar o poder dos direitos da autoridade pública, e não perpetuar a desordem e nem “metodizar a anarquia”. Ela não inovou tanto quanto aparentava. Destruiu tudo que derivava das instituições ligadas a aristocracia e ao feudalismo. Do Antigo Regime “[...] só conservou o que sempre foi alheio a estas instituições ou podia existir sem elas [...]” (TOCQUEVILLE, 1979, p.63). Para Tocqueville, a Revolução resolveu repentinamente, “[...] por um esforço convulsivo e

doloroso, sem transição, sem precauções, sem deferências, o que ter-se-ia realizado sozinho, pouco a pouco, com o tempo. Esta foi, portanto, a obra da Revolução.” (TOCQUEVILLE, 1979, p.64).

Tocqueville (1979, p.64) cita novamente Burke:

Vocês queriam corrigir os abusos de seu governo? Diz Burke aos franceses, “mas por que fazer tudo novamente? Por que não se atam às suas antigas tradições? Por que não se limitaram a retomar suas antigas franquias? Ou, se achavam impossível reencontrar a fisionomia apagada da constituição de seus pais, por que não lançaram seus olhares para o nosso lado? Lá teriam encontrado a antiga lei comum da Europa.” Burke não percebe que a revolução que tem sob seus olhos é a revolução que deve precisamente abolir esta antiga lei comum da Europa; não entendeu que é disto e não de outra coisa que se trata.

Concluindo, Alexis de Tocqueville comenta que jamais encontrou um começo de revolução com homens de um patriotismo tão sincero, com tanto desprendimento e grandeza. Para ele, a Revolução Francesa demonstrou o maior defeito e a maior qualidade da juventude a inexperiência e a generosidade. Porém, a irreligião “produziu então um imenso mal público” (TOCQUEVILLE, 1979, p.145). Segundo o autor, nas grandes revoluções que se tinham notícia, os que atacavam as leis estabelecidas

[...] tinham respeito as crenças e nas revoluções religiosas aqueles que atacam a religião não tinham empreendido ao mesmo tempo mudar a natureza e a ordem de todos os poderes e abolir de alto a baixo a antiga constituição do governo. Portanto sempre houve, nos maiores abalos das sociedades um ponto que permanecia sólido. (TOCQUEVILLE, 1979, p.145).

Porém, na Revolução Francesa, tudo veio a baixo, leis religiosas foram abolidas ao mesmo tempo que as civis, o que fez com que o “espírito humano” perdesse completamente seu equilíbrio, perdendo seu norte, não sabendo mais onde se agarrar nem para onde ir, o que fez com que surgisse revolucionários que nunca se tinham visto antes, de uma audácia que chegava a loucura, não sendo controlados por nenhum escrúpulo, e não se esvaíram com a onda revolucionária. Para Tocqueville, essa raça se perpetuou

[...] e se expandiu em todas as partes civilizadas da terra e que por toda parte preservou a mesma fisionomia, as mesmas paixões, o mesmo caráter. Encontramos esta raça no mundo quando nascemos e

ainda sob nossos olhos. (TOCQUEVILLE, 1979, p.145).

Considerações finais

Com isso, podemos considerar três visões diferentes sobre a Revolução Francesa, porém ligados por laços estreitos. Joseph de Maistre e Edmund Burke foram contemporâneos da Revolução, e conviveram com todos os dramas e dilemas advindos daquele período. Já Alexis de Tocqueville, tão preocupado com a liberdade e a democracia, que via com tão bons olhos o que acontecia em terras americanas, não esqueceu dos eventos ocorridos na sua França, a separação tão abrupta que existiu com o Antigo Regime francês causado pelo indômito avanço revolucionário, que em quase uma década, demonstrou várias faces, e que expôs a ruptura que causava ao povo.

Por sua vez, a Providência, que utilizava a Revolução como forma expiatória da França, aguardando o retorno triunfante do rei, demonstrava a visão um tanto reacionária de Joseph de Maistre, porém, característica de parte do pensamento da época. Edmund Burke, fazendo sua comparação com o que havia acontecido na Inglaterra durante a Revolução Gloriosa, exaltava a nobreza inglesa que soube se reciclar perante as mudanças advindas de 1688 e se adaptar aquilo que era necessário para o bom exercício do poder. A Monarquia Constitucional, para Burke, deveria ter sido o espelho e a inspiração dos revolucionários franceses, que, segundo o próprio Burke, deveriam ter olhado para os seus vizinhos, em vez de tentar uma revolução total. A consequência, pois, foi o surgimento de Napoleão Bonaparte, e o retorno e fortalecimento de instituições tradicionais.

A Revolução Francesa, segundo esses pensadores, demonstrou aquilo que um povo era capaz de fazer, algo sem precedentes na história da humanidade, elevando a bandeira da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, porém, que inovou em sua maneira de “varrer” as instituições postas, e, ao tentar apagar tudo aquilo que fazia parte da história secular de seu povo e não mantendo nenhum pilar ao qual se sustentar, o poder revolucionário caiu sobre seu próprio peso, devorando seus próprios líderes, e abrindo caminho para o governo imperial de um general da Córsega.

REFERÊNCIAS

BURKE, E. **Reflexões sobre a Revolução na França**. Tradução de José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014.

DANIEL-ROPS, H. **A igreja das revoluções (I):** diante de novos destinos. Tradução de Henrique Ruas. São Paulo: Quadrante, 2003.

ESPADA, J. C. **Edmund Burke e a cultura política dos povos de língua inglesa**. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 17 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/Agenda%20IEP/BurkeGulbenkian151217.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2016.

KIRK, R. et al. **A política da prudência**. Tradução de Gustavo Santos e Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações, 2014.

MAISTRE, J. de. **Considerações sobre a França**. Tradução e Introdução de Rita Sacadura Fonseca. Coimbra: Almedina, 2010.

SCRUTON, R. **Como ser um conservador**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SOARES, J. M. N. **Joseph de Maistre: intérprete da Revolução Francesa e da modernidade**. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-20012015-191351/pt-br.php>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

TOCQUEVILLE, A. **O antigo regime e a revolução**. Brasília: Ed. da Unb, 1979.